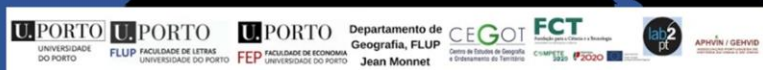


EVENTO CIENTÍFICO  
**CONGRESSO  
INTERNACIONAL**



XIII Jornadas Internacionais sobre  
**Grandes Problemáticas do  
Espaço Europeu**



INFOGRAFIA : comunicação gráfica de conhecimento : FLUP - 2017

**25 a 27 de maio de 2018 | FLUP | Anfiteatro 2**

# **AS TERRAS DE DÃO-LAFÕES - UMA REGIÃO VINÍCOLA CENTENÁRIA**

**ANTÓNIO BARROS CARDOSO  
JOSÉ LUÍS BRAGA**

**Guião de uma Visita de Estudo**



**Quinta do Gonçalvinho**

**Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018**

978-989-54291-3-4; [Título: As terras de Dão-Lafões: uma região vinícola centenária. Guião de uma visita de estudo];[Suporte: Eletrónico]

## 1. Introdução

A Região Dão-Lafões situa-se na Beira Interior, uma área circunscrita entre a Beira Baixa e da Beira Alta, próxima à fronteira com Espanha. Nela se salienta a produção de vinhos distintos em resultado de climas diferenciados correspondentes a cada sub-região. Ajudam à sua produção os solos de origem granítica e xistosa em resultado de um acidentado relevo. A altitude e o relevo a que nos referimos têm influência decisiva no clima que genericamente se pode caracterizar por verões quentes e secos e invernos muito frios, onde a neve aparece frequentemente.

Os vinhos destas paragens são maioritariamente produzidos pelas adegas cooperativas. Apesar disso, nos últimos anos, vão aparecendo marcas de boa reputação no mercado, sobretudo vinhos produzidos por pequenos e médios vinhateiros.

## 2. Lafões

A Denominação de Origem de Lafões fica limitada entre as denominações do Dão e Vinho Verde e é cortada pelo rio Vouga. Aí os solos são predominantemente graníticos e prosperam as castas de referência branca que são o Arinto, Cerceal, Dona Branca, Esgana Cão e Rabo de Ovelha. No capítulo dos tintos, dominam as castas Amaral e Jaen. Os vinhos de Lafões são reconhecidos pela sua elevada acidez, assemelhando-se por isso aos vinhos produzidos na Região dos Vinhos Verdes. Assim os comparou Amorim Girão: *“Na região do Noroeste, o clima é mais pluvioso e mais húmido, a temperatura menos elevada: surgem então os vinhos verdes <de enforcado>, leves e ácidos. Vinhos de Monção, de Basto, de Amarante e de Lafões, entre os de mais nomeada”*<sup>1</sup> ou seja, incluiu os vinhos de Lafões no lote dos produzidos na Região dos Verdes.

## 3. Dão

Falamos de uma área da Beira Alta, no centro Norte de Portugal, onde a excelência das condições geográficas para a produção de vinhos é notória. As serras do Caramulo, Montemuro, Buçaco e Estrela, protegem as vinhas da influência de ventos. Região montanhosa, se bem que, nos territórios mais a sul a altitude é menor. São aproximadamente 20000 hectares de vinhas a situarem-se entre os 400 e 700 metros de altitude. Já o referimos, desenvolvem-se em solos xistosos (na zona sul da região) ou graníticos de pouca profundidade. No Dão, o clima sofre simultaneamente a influência do Atlântico e do Interior, por isso, os Invernos são frios e chuvosos enquanto os Verões são quentes e secos.

## 4. Vinho - uma história longa

A importância do vinho em Tempos Medievais, implica a compreensão do seu trajeto enquanto produto muito consumido e respeitado no mundo pré-clássico e clássico, tão importante foi em Israel como na antiga Grécia. O interesse israelita pelo vinho e pela cultura das vinhas das quais se extraíam os bagos que o produzia está frequentemente presente nos textos proféticos. O livro de Isaiás contém conselhos sobre como plantar as vinhas e, em todo o Velho Testamento só o Livro de Jonas não faz referência ao vinho ou às videiras.<sup>2</sup> José, quando fez a interpretação dos sonhos do mordomo de Pharaó, falou como um homem que tinha visto as cepas crescer e Jesus, quando se intitulou a ele próprio “a videira verdadeira” ao dizer “Todo o ramo que em mim não

<sup>1</sup> GIRÃO, A. de Amorim - *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense editora, 1941, p. 237.

<sup>2</sup> JOHNSON, Hugh – *História Universal do Vinho*. Lisboa: Sociedade Industrial Gráfica, Ld.ª, 1999, p. 76.

tem fruto, ele o toma; e todo o ramo que der fruto, ele o corta para que possa dar mais...” implicitamente está a definir uma poda.<sup>3</sup> Mais conhecido é o primeiro milagre de Jesus. Em Canaã, para remediar a falta de vinho, numa boda, Jesus deu ordem para que os servos tirassem seis baldes de água de um poço e, para espanto de todos a água era vinho da melhor qualidade. O “Sabath” israelita começa por uma bênção: o “Kiddush” ou santificação, entoado perante uma taça de vinho. A festa da “Passagem”, comemorativa da fuga dos judeus do Egipto para a Terra prometida, os judeus bebem quatro copos de vinho e o produto está presente nos casamentos, na circuncisão apenas e nos funerais onde, em tempos antigos, era oferecida aos enlutados a “taça da consolação”, nada mais do que dez copos de vinho.<sup>4</sup> Ou seja, nos diversos rituais do mundo judaico introduziu-se a alegria do vinho.

A presença do vinho na Eucaristia Cristã decorre assim de um processo gradual. No princípio, a última ceia era apenas uma refeição normal entre israelitas. A primeira referência feita aos cristãos a recordar este episódio da vida de Cristo que viria a transformar-se no momento maior do rito cristão, consta da Epístola de S. Paulo aos Coríntios, afinal um gesto que entronca em rituais pagãos ancestrais como o ato sagrado de queimar carne nos altares para alimentar os Deuses com os odores. Depois comia-se a carne. Este tipo de sacrifício podia ser descrito como uma refeição de comunhão com um Deus. Comum nessa comunhão pagã era também beber o sangue do animal sacrificado, simples ou misturado com vinho, num ato igualmente sagrado, que recua milhares de anos. A palavra Grega “Eucaristia” usada para identificar este tipo de cerimónias pagãs com o significado de “ação de Graças” acabaria por ficar ligada ao rito cristão. Das palavras de São Tomás de Aquino, grande frade filósofo italiano do século XIII, ressuma já o significado do vinho, na Missa: “O Sacramento da Eucaristia só pode ser realizado com vinho de uvas, pois é essa a vontade de Jesus, que escolheu o vinho quando Ele ordenou este Sacramento... e também porque de algum modo o vinho de uvas é uma espécie de imagem do efeito do Sacramento. Ou seja, a alegria espiritual, pois está escrito que o vinho alegra o coração dos Homens”.<sup>5</sup>

## 5. Tempos de Cister em “Terras do Demo”

Chegados aos tempos medievais, a vinha era muito cuidada pelo clero. No Dão-Lafões os “monges brancos”, epíteto pelo qual também são conhecidos os Cistercienses, olhando à cor do traje que vestiam e que claramente os distinguiu dos monges de São Bento (os monges negros) enraizaram nas suas práticas agrícolas o cultivo da vinha. O fundador da ordem beneditina, que viveu em Itália durante o século VI era já conhecedor dos benefícios do vinho e dos malefícios do álcool para os humanos e exprimiu na sua Regra uma certa tolerância para com o consumo, limitando-o para que os monges não caíssem em exageros.<sup>6</sup> Foi em boa parte nesta cultura, em que o vinho é encarado como alimento (do corpo e do espírito) que os mosteiros que ancoraram a sua implantação. Na atual Região Demarcada dos Vinhos do Dão-Lafões, a presença cisterciense fez-se sentir em São Cristóvão de Lafões, local onde primeiro se instalaram os cistercienses em Portugal. Aí desenvolveram experimentação agrícola cujo relativo insucesso os fez deslocarem-se mais para norte, junto das margens do Douro, fundando o Mosteiro de Tarouca, nos alvares da nacionalidade.

---

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>4</sup> Idem, p.77.

<sup>5</sup> Idem, p.80.

<sup>6</sup> SÃO BENTO – REGRA DOS MONGES, 2ª Edição, Singeverga, *Ora & Labora*, Cap. 40.

### 5.1. *São Cristóvão de Lafões*

Este primeiro lugar eleito pelos cistercienses situa-se em lugar isolado da serra da Arada e é uma homenagem a São Bento e ao local do seu primeiro retiro em Itália (Bubiaco ou Sublaco)<sup>7</sup> mas também ao santo protetor dos caminheiros em lugares ermos, São Cristóvão. A este cenóbio está ligada a figura de João Cerita, prior e abade ao tempo de D. Afonso Henriques que aderiu a Cister e lançou a primeira pedra para a fundação do Mosteiro de Tarouca<sup>8</sup>. A vinda dos cistercienses para Portugal está ligada ao Bispo do Porto D. João Peculiar<sup>9</sup>. Durante o período medieval, São Cristóvão de Lafões, à semelhança de outros cenóbios cistercienses terá fruído de rendimentos consideráveis. Quando chega o século XVI como outros mosteiros seguidores de São Bernardo encontrava-se em estado de considerável ruína muito por força da má gestão dos abades comendatários. Nota disso deixou o secretário do abade de Claraval quando em 1532 visitou São Cristóvão de Lafões<sup>10</sup>. Viviam então no mosteiro apenas quatro religiosos. Foi sobre este primitivo cenóbio de origens medievais que se edificou mais tarde o atual mosteiro de Lafões, ou sejam depois de erigida a Congregação Autónoma Portuguesa, em 1567, reconhecida por D. Sebastião em 1560. Teve então início um movimento para a restauração e reconstrução das casas cistercienses, dando-lhes a feição da linguagem estética tridentina e emprestando-lhes o gosto barroco. Por isso, São Cristóvão de Lafões também viu a sua reconstrução iniciada na segunda metade do século XVII, muito embora nunca tenha chegado a ser concluída já que a extinção das Ordens Religiosas (1834) interrompeu ainda este processo. Como todos os cenóbios beneditinos, São Cristóvão de Lafões organiza-se em torno do claustro. Apresenta dois pisos, formados por cinco arcos de volta perfeita e definidos por pilastras de ordem toscana. A zona Este encontra-se incompleta e a igreja situa-se no ângulo sudeste do claustro. Reconstruído pela terceira vez em 1704, após um incêndio, o templo apresenta nave de planta quadrada mas com os cantos cortados, a que se acede através de uma profunda galilé, oposta à capela-mor, igualmente longa. De acordo com os estudos recentes esta configuração forma um triplo quadrado, cuja conceção pode ser anterior ao início do século XVIII, e que remete para uma série de exemplos de planta centralizada existentes no Centro e Norte litoral. O zimbório que remata a nave é mais tardio, tal como o óculo de moldura rocó, que se abre sobre o coro. Por sua vez, as molduras em granito do exterior e do interior, de formas compactas, ou de "um austero estilo de placas". Atualmente, e depois de décadas de abandono, o mosteiro foi recuperado encontrando-se na posse de particulares<sup>11</sup>.

### 5.2. *A demarcação de João Franco 1908*

As estacas de que foram portadores os primeiros cistercienses chegados a Lafões foram frutificando nas terras demarcadas em 1908, para a produção de vinhos com a denominação de origem Dão. De facto, a região vitivinícola portuguesa com esse nome foi oficialmente demarcada por carta de Lei de 18 de setembro de 1908, que no seu artigo 11º refere: A região dos vinhos de pasto do Dão é demarcada do modo seguinte: Região do Dão: a compreendida nos concelhos do distrito de Viseu que não façam parte da região do Douro; os concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital, no distrito de Coimbra, e o concelho de Fornos de Algodres, no distrito da Guarda.

<sup>7</sup> COUCEHERIL, S. Mauro - *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris, 1987, p. 125-132.

<sup>8</sup> DIAS, Geraldo A. Coelho – Cister – Irradiação de espiritualidade e cultura in “*Cister no Vale do Douro*”. Porto: Edições Afrontamento e Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1999, p. 30-31.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>10</sup> ALVES, Alexandre - *O Real Mosteiro de São Cristóvão de Lafões*. Viseu, 1995, p. 18.

<sup>11</sup><http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72114>

A fama destes vinhos já era conhecida de tempos recuados: Maximiano de Aragão escreveu em 1553 : *le Conseiller Braz do Amaral, licencié et noble chevalier, qui possédait dès terres ne produisant qu'un vin vert qu'il n'aimait pas beaucoup, demenda à la Municipalité l'autorisation d'acheter à Fragosela 35 almoudes de vin mûr pour être consommés chez lui, et non pour revendre, ce qu'il affirmait sur serment*. Esta assumida qualidade dos vinhos da Região viria a sofrer forte revés no século XVIII com a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro por alvará régio de 10 de setembro de 1756. De facto, até essa data a liberdade de circulação de vinhos da região duriense e de compra de vinhos designados na documentação coeva por “vinhos de Viseu”, da “Serra da Estrela” e de “São Miguel do Outeiro” pelos comerciantes nacionais e estrangeiros do Porto, produzidos na atual região do Dão<sup>12</sup>, misturados com os do Douro, seguiam para o exterior, foram incentivos à produção. Em 1758, as Memórias Paroquiais já referem o arranque de vinhas nas freguesias que integram os concelhos da atual Região Demarcada do Dão-Lafões, sinal claro de que, face ao apertado controlo de circulação de vinhos na Região Demarcada do Douro exercido pela Companhia Pombalina, o escoamento dos vinhos da região que tem Viseu como centro, acabou por diminuir significativamente.

## 6. Vinhas recatadas

Apesar de tudo, hoje os vinhedos do “Dão” sobreviveram e apresentam-se discretos, não sobressaindo na paisagem como acontece na vizinha Região do Douro. O terreno acidentado, a sua estrutura fundiária e o modo de condução das videiras, bem como a associação das culturas, foram e são os fatores principais que levam ao anonimato da vinha na paisagem agrária regional.

### 6.1. Dois modos de saber fazer vinho

Talvez por isso, a região do Dão apresenta dois tipos de viticultura, o primeiro poderemos classificar como um modo de cultura da vinha para o sustento dos agricultores. Envolve toda a área de vinha descontínua e parte das pequenas parcelas de vinha contínua. Antes da exploração pelas cooperativas, a atividade vitícola era complementar à agricultura e os donos da terra faziam o vinho necessário ao autoconsumo anual. Por isso as técnicas de cultivo eram incipientes, a escolha das castas não obedecia a critérios pré-definidos e acontecia o mesmo com o ordenamento da vinha. Este tipo de viticultura ganhou pouca importância face à dificuldade decorrente do excesso de mão-de-obra que requeria, a par das dificuldades a ela impostas pelas adegas cooperativas que começam a ser muito seletivas na receção de uvas, rejeitando as de má qualidade, pelos reflexos que aportavam aos vinhos. Por isso, algumas parcelas de vinha viriam a ser abandonadas ou reconvertidas.

Um segundo tipo de viticultura enquadra-se já no capítulo de exploração económica moderna da vinha e envolve as vinhas contínuas de média e grande dimensão de que a Quinta da Beira é bom exemplo. Muito embora as áreas das parcelas se apresentem comparativamente à Região do Douro, sobretudo no Cima Corgo e Douro Superior, de tamanho reduzido e com técnicas de cultivo pouco avançadas, delas se obtém massas vínicas de qualidade. As freguesias com vinhos de maior qualidade são por isso aquelas que apresentam um maior número de grandes

---

<sup>12</sup> CARDOSO, António Barros - Baco & Hermes – *O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro* (1700-1756), Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2003, Vol. I, p. 174-175.

produtores. Os apoios a este segundo tipo de viticultura, a par da sua evolução técnica têm conduzido ao ressurgir de novas quintas na região do Dão-Lafões.

### 6.2. *Regulação e castas*

As vinhas Dão-Lafões têm implantadas uma grande diversidade de castas, entre as quais destacamos a Touriga Nacional, Alfrocheiro, Jaen e Tinta Roriz (nas variedades tintas) e Encruzado, Bical, Cercial, Malvasia Fina e Verdelho (nas variedades brancas). Os vinhos brancos são bastantes aromáticos, frutados e bastante equilibrados. Os tintos são bem encorpados, aromáticos e podem ganhar bastante complexidade após envelhecimento em garrafa. A Portaria Nº 195/85 determinou as castas autorizadas nesta Região Vitícola.

### 6.3. *As Quintas do Dão e o Enoturismo*

Gastronomia e Vinhos como um dos produtos estratégicos para o desenvolvimento do Turismo em Portugal. A importância deste produto é, também, confirmada nos inquéritos de satisfação do turista, pelo crescente número de referências à Gastronomia e Vinhos como aspeto diferenciador e positivo na avaliação da estada em Portugal. No âmbito da Gastronomia e Vinhos, o segmento da oferta de enoturismo assume particular destaque na medida em que tem presença em todo o território nacional, regista importantes investimentos em equipamentos modernos e atrativos e uma crescente oferta de serviços turísticos com capacidade de atrair turistas para zonas de menor densidade turística e em épocas que contribuem para a atenuação da sazonalidade.

Face à importância desta atividade, o Turismo de Portugal lançou, em 2014, o primeiro inquérito que tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a oferta e a procura do enoturismo em Portugal. Considerou-se como unidades de enoturismo todas aquelas que produzem vinho, realizam visitas (com ou sem marcação) e fazem venda de vinho nas instalações, embora existindo algumas exceções, nomeadamente as caves do Vinho do Porto<sup>13</sup>.

Na região do Dão destacam-se as seguintes unidades de enoturismo, umas com possibilidade de pernoitar e outras não. As unidades são as seguintes: a Casa da Ínsua e a Quinta do Medronheiro, Casa de Santar, Paço dos Cunhas de Santar e Quinta de Cabriz.

## 7. O Solar do Vinho do Dão, antigo Paço Episcopal

### 7.1. *Síntese Histórica*

Em 1149, os registos históricos dão nota de que Exemena Mendiz e os seus filhos venderam ao Bispo de Viseu, D. Odório. Uma herdade chamada *Fontanelo* que possuíam em Viseu, composta por vinhas, terras cultivadas e por cultivar e casas de lavoura e habitação.

O terreno, localizado a escassas centenas de metros para nascente do centro da cidade era constituído por casas, vinhas e terras<sup>14</sup>. Contanto que não seja certo que a mata tenha pertencido desde início à herdade, é ineludível que a mata do Fontelo inclui espécies pertencentes à flora autóctone portuguesa, designadamente, o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica* Wild.), azereiro (*Prnus lusitaniva* L.), azevinho (*Ilex aquifolium* L.), castanheiro (*Castanea sativa* Mill.), loureiro (*Laurus nobilis* L.) e medronheiro (*Arbutus unedo* L.), cujo porte atesta uma existência secular<sup>15</sup>.

<sup>13</sup>[http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4471/1/Tese%20L%C3%ADdia%20Carvalho\\_%20perfil%20do%20enoturista%20da%20regi%C3%A3o%20vitivin%C3%ADcola%20do%20D%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4471/1/Tese%20L%C3%ADdia%20Carvalho_%20perfil%20do%20enoturista%20da%20regi%C3%A3o%20vitivin%C3%ADcola%20do%20D%C3%A3o.pdf)

<sup>14</sup> MUNICÍPIO DE VISEU – *Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

<sup>15</sup> Ruth Pereira, *et al.* apud CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU – *Op. Cit.*



Durante oito séculos a Quinta do Fontelo engrossou o património do episcopado de Viseu. Acresce que a propriedade seria ampliada (ou encurtada) consoante a relevância e o poder negocial ora dos bispos, ora do cabido da Sé.

A construção do paço teve o seu início em 1399, por ação do Bispo D. João Homem. Contudo, “há notícia de que os prelados da diocese habitaram na propriedade desde o início do século XIV<sup>16</sup>”. Na realidade, já em 1309, o Bispo D. Egas vivia no Fontelo. Desta época restam duas janelas em ogiva desveladas pelo “desagregar dos rebocos<sup>17</sup>”. Esta edificação foi complementada ainda no século XV pela construção da Capela de *Santa Martha*, que seria depois ornada com pinturas de Grão Vasco, mormente, a obra “Cristo em casa de Marta”, transferida, em 1916, para o então recém-criado Museu Grão Vasco. Esta primitiva capela anexa ao paço foi mandada construir pelo Bispo D. Garcia que, nesse período, habitava na residência episcopal.

Será o eminente bispo Humanista, D. Miguel Silva, bispo de Viseu entre 1526 e 1547, que concretizará o que apenas havia sido idealizado pelos seus predecessores. Este mecenas do Renascimento vai perspetivar o Paço de Fontelo como “estância de recreio extramuros<sup>18</sup>” obedecendo a um amplo programa que almejava aí estabelecer uma autêntica corte de eruditos.

Na época em que D. Miguel assumiu a Mitra, terá tentado emular o fulgor da arquitetura doméstica italiana ou francesa e que se materializava numa inovadora configuração tanto dos espaços interiores quanto dos exteriores.

Por conseguinte, é no âmbito deste intento do ilustre clérigo viseense de adaptar a residência episcopal aos gostos cortesãos e humanistas que se explica a edificação dos grandiosos jardins que ainda hoje jazem nas imediações do solar. Não obstante, os vestígios que subsistem desta empreitada renascentista não permitem aferir da sua magnitude, isto porque a obra do prelado jamais foi concluída e as benfeitorias que bispos ulteriores empreenderam alteraram substancialmente a disposição do espaço<sup>19</sup>.

Deste modo, a ação de D. Miguel da Silva concorreu para o embelezamento e melhoramento do Paço, mas também da Quinta do Fontelo. Este Humanista ordenou a construção de jardins e fontes com repuxos e de gaiolas de grandes dimensões, onde aves de inúmeras espécies podiam adejar com alguma liberdade. O mesmo clérigo terá ainda associado ao início da construção um muro para cercar a quinta – que, todavia, não foi finalizado no seu tempo – e fundou na quinta a Capela do Senhor Morto<sup>20</sup>.

Entre 1540 e 1553 a quinta foi quase votada ao abandono em virtude da ausência de D. Miguel da Silva, que se encontrava então em Roma, onde havia tomado refúgio. Acresce que o seu sucessor, Farnésio, que assumiu a dignidade de Bispo de Viseu em 1547, permaneceu em Roma.

Entre 1563 e 1565, D. Gonçalo Pinheiro, fez importantes obras de restauro e conservação. Ademais ordenou a construção da Capela de São Jerónimo, em 1563, na mata (atualmente localizada na praça central do Parque) e, em 1565, mandou erguer a Porta da Cruz que está hoje situada junto à rotunda da Casa do Cruzeiro. Além disso, o mesmo prelado mandou abrir uma avenida de acesso ao paço ladeada de árvores que ligavam o pórtico do cruzeiro a um outro situado no outro extremo da avenida. Este pórtico tinha uma forma retangular e era sobrepujado por uma

<sup>16</sup> DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Solar do Vinho do Dão, pórtico, edifícios anexos e jardins, antigo Paço Episcopal (ao Fontelo)*. [Em linha]. Disponível na internet: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/22920017>.

<sup>17</sup> COMISSÃO VITIVINÍCOLA REGIONAL DO DÃO – *Solar do Vinho do Dão. Nota Histórica*. [Em linha]. Viseu: CVR Dão. Disponível na internet: <http://www.cvrdao.pt/solar.asp>.

<sup>18</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU – *Op. Cit.*, para. 14.

<sup>19</sup> DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, *Ibidem*.

<sup>20</sup> SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO – Paço Episcopal do Fontelo/Solar do Vinho do Dão. [Em linha]. Disponível na internet em: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7285](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7285).

grande cruz e inscrição. Um segundo, de forma ogival, localizado junto à torre da portaria, demolida em 1883, exibe, no flanco esquerdo, o brasão de D. Gonçalo Pinheiro e, da banda direita o de D. Luís Coutinho. Este bispo foi igualmente responsável por terminar de cercar a Quinta, obra iniciada pelo já aludido D. Miguel Silva, agregando mais terrenos.

Entre 1569 e 1578, D. Jorge de Ataíde, ordena a construção, no Paço, de corredores e celas do dormitório e, na quinta, de diversas casas.

Por seu turno, entre 1610 e 1625, D. João Manuel determina a reconstrução da capela de Santa Marta, em razão da primitiva ser antiga e de reduzidas dimensões e manda erigir três grandes salas adjacentes à mesma. Duas décadas depois, é erguido, pelos mestres canteiros Diogo Fernandes e Miguel Ribeiro, o muro da quinta. Em 1677, no Paço, o Bispo D. João de Melo mandou fazer um hospício para acomodar o frade varatojano Frei António das Chadas, que foi posteriormente extinto – entre 1744 e 1764 – pelo Bispo D. Júlio Francisco de Oliveira. Este último prelado deliberou, em 1748, que se procedesse ao restauro de alguns espaços e casas postas ao abandono<sup>21</sup>.

A quinta do Fontelo que, como vimos acima, foi adquirida em meados do século XII, converteu-se em residência episcopal, com lapsos de tempo, até 1720, volvendo a sê-lo, a título definitivo, entre 1810 e 1911. Assim, entre 1713 e 1716, o bispo D. Jerónimo Soares residiu no paço após um incêndio ter deflagrado no paço episcopal anexo à Sé.

Em 1758, o Padre Nicolau António de Figueiredo descreve o Fontelo a partir do Pórtico do Cruzeiro da seguinte forma<sup>22</sup>:

No fim destas se vê a casa chamada da Torre, a esta da serventia para entrar no dito Paço, o qual mostra um grande pátio à maneira de Claustro e no meio tem uma grande fonte de repuxo; e é esta fonte muito celebrada por ter uma pia de uma só pedra (...) Compreende este pátio casas de todas as quatro partes: na que fica defronte da casa da Torre é o frontispício com várias janelas, e logo a estas se segue, para a parte direita, a capela de Santa Marta, que fez o ilustríssimo D. João Manuel, porquanto a que havia era antiga e pequena (...) Tem mais esta casa dois famosos salões, uma vistosa varanda, uma escada de caracol, muitas salas, quartos, corredores e oficinas (...).

No seguimento da Terceira Invasão Francesa, o Bispo D. Francisco Monteiro Pereira de Azevedo estabelece no Fontelo residência permanente até 1912. Durante essa quase centúria foram empreendidas novas obras de ampliação e restauro do Paço. Não obstante, o Paço, nesta época, já havia perdido parte substancial da sumptuosidade que havia ostentado à época de D. Miguel da Silva. Na realidade, no tempo de D. António Alves Martins (1862/1882) o desenho dos jardins coetâneos de D. Miguel da Silva já havia sido suprimido, sendo substituído por outro hodierno.

Em agosto de 1876, a Câmara Municipal de Viseu, em sintonia com o Bispo D. António Alves Martins, recuou o pórtico de entrada 9,5 metros para ampliar a rua que passa diante do Paço.

No dicionário de *Portugal Antigo e Moderno*<sup>23</sup>, de 1890, no tomo XII, p. a725 definia-se o Fontelo coevo do seguinte modo: “...o Paço é um edificio muito irregular, feito em diversas datas, sem a imponência nem bellas architectónicas mas, bastante espaçoso com grandes salas e uma

<sup>21</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU – *Op. Cit.*, p. 37.

<sup>22</sup> Aires do Couto, 1991 *apud* IDEM, p. 38

<sup>23</sup> COMISSÃO VITIVINÍCOLA REGIONAL DO DÃO – *Op. Cit.*, p. 9.

*boa capela contínua, dedicada a Santa Marta e decorada com preciosas pinturas dedicadas a Grão Vasco...”.*

Data das derradeiras décadas do século XIX a construção da varanda envidraçada na fachada sul e a escadaria de pedra que, do exterior, a ela conduz. Procedeu-se, de igual forma, ao restauro do sistema hidráulico e à reparação do jardim quinhentista: “restabeleceu-se o funcionamento dos repuxos, tanques e cascatas de conchas, renovou-se o jardim, limpam-se as carreiras e restauraram-se e ampliaram-se as vinhas<sup>24</sup>”. Esta empreitada foi efetuada a expensas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústrias e teve lugar à época do bispo D. José Dias Correia de Carvalho (1883/1911).

A República foi implantada em 5 de outubro de 1910. Um ano volvido, o Fontelo apresentava-se em bom estado de conservação, porém as rendas do episcopado não eram suficientes para garantirem a manutenção da propriedade.

Na sequência da publicação da Lei de Separação do Estado das Igrejas, decreto-lei de 20 de abril de 1911, a fruição do Paço e da Quinta foi subtraída ao último Bispo de então, D. António Alves Ferreira. Deste modo, no seguimento da expropriação da Quinta do Fontelo pelo Estado, o espaço foi consagrado ao estabelecimento de uma Colónia Penal Agrícola – que nunca chegou a se efetivar. O mobiliário do Paço foi vendido e o edifício foi arrendado ao Ministério da Guerra para instalar serviços da Segunda Divisão e ao Ministério da Agricultura que beneficiou de vários tratos para instalar um posto zootécnico. No edifício principal e nos anexos foi, durante este período, criada uma unidade prisional onde foi encarcerada uma figura destacada da nossa cultura, Aquilino Ribeiro, em 1928.

Os jardins e a mata, contudo, foram atribuídos ao Município de Viseu e destinados à instalação de serviços de instrução e melhoramentos, passeio público e recreio cidadão. Em 29 de março de 1926, a Câmara Municipal de Viseu apropria-se definitivamente da mata, do jardim do antigo Paço e de parte dos terrenos anexos ao Fontelo. Esta contingência permitiu que a edilidade local pudesse concretizar um projeto há longo tempo acalentado pelos viseenses: a condução das águas termais de Alcafache para o Fontelo e a edificação de um balneário e estação termal. Este anelo, porém, não mobilizou a vontade dos dirigentes do Poder Central afetos ao Estado Novo, regime ditatorial recém-estabelecido.

Em 1928, no contexto da utilização dos espaços que confinavam com a Mata, foi inaugurado o Estádio Municipal e foram sendo erigidas as mais variadas estruturas vocacionadas para prática de desporto.

No seguimento da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, e do conseqüente processo de descolonização, o edifício do Paço serviu de alojamento a cidadãos retornados das ex-colónias. Nas décadas seguintes, o Paço foi votado a um longo período de decadência materializado na degradação de algumas das suas estruturas.

Em 15 de setembro de 1990, o Estado e a Câmara de Viseu assinaram um Protocolo, através do qual o poder Central permitia ao Município recuperar o Paço Episcopal do Fontelo, depois de realojar as sete famílias que ainda lá habitavam. Em 1994, a edilidade converteu o antigo edifício episcopal em Solar do Vinho do Dão, ficando ali sediada a Comissão Vitivinícola Regional do Dão.

Em 1998, o espaço outrora ocupado pelo Paço Episcopal do Fontelo é cedido à Comissão Vitivinícola Regional do Dão (CVR Dão).

O atual edifício é o resultado de um profundo e moroso processo de reconstrução empreendido pela Câmara Municipal de Viseu e projetado pelo arquiteto José Perdigão. Esta

---

<sup>24</sup> SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO, *Ibidem*.

intensa reconversão do edificado episcopal beneficiou do financiamento do Quadro Comunitário III. Transcorridos cerca de nove anos, somente em 2003, findaram as obras de reconstrução. A instalação da CVR Dão ocorreu em 2004, terminadas que estavam as obras de acabamento. Neste espaço a CVR Dão pôde levar a efeito as suas atividades de “*divulgação, promoção e certificação dos vinhos da Região Demarcada do Dão, instituída em 1908*”<sup>25</sup>. O mesmo edifício acolhe igualmente a Confraria de Enófilos do Dão desde março de 2005.

Em 2014, entre Julho e Outubro, quatro salas situadas no rés-do-chão, receberam obras de melhoramento para sediarem o *Welcome Center da Rota dos Vinhos do Dão*, sendo este espaço fruto do Protocolo exarado pelo Município de Viseu e a CVR Dão.

No dia 10 de maio de 2017 foi publicada a abertura do procedimento de classificação do edifício do Fontelo – em Anúncio nº 67/2017, DR, 2ª série, nº 90/2017.

O Solar do Vinho do Dão situa-se, por conseguinte, na Mata do Fontelo, na zona nascente da cidade de Viseu, a uma distância de 800 metros do conjunto arquitetónico formado pela Sé de Viseu e Museu Grão Vasco<sup>26</sup>.

## 7.2. Breve caracterização arquitetónica

O edifício do Solar do Vinho do Porto acha-se localizado no Parque do Fontelo, no Centro de Viseu e corresponde ao antigo Paço Episcopal do Fontelo. Atualmente acolhe os serviços da Comissão Vitivinícola Regional do Dão.

O complexo é constituído por diversas edificações, que se congregam em três áreas diferenciadas, encontrando-se cercado por jardins de buxo. O acesso ao imóvel faz-se por meio de um portão armoriado, com arco quebrado e muro rematado por merlões.

O edifício principal, onde está sediada a CVR Dão, desenvolve-se numa planta em L, onde a casa e antiga capela estão justapostas, estando anteposto o terreiro ajardinado onde pontua um chafariz de taça quadrada. A fachada da antiga residência episcopal é dividida em dois andares e é caracterizada pela abertura de vãos de moldura retangular de granito a intervalos regulares. Esta estrutura é composta por um terraço ao qual se acede através de uma escadaria dupla. Os estilos presentes nesta arquitetura de feição doméstica são o gótico e maneirista. Com efeito, o edifício mantém algumas reminiscências da primitiva construção gótica, mormente nas portas e janelas de arco ogival e nos contrafortes. Contudo, o edifício sofreu profundas alterações nos séculos XVI e XVII, altura em que foi erigida a capela e a *loggia* no alçado tardoz com colunata toscana, de feição classizante, com cinco tramos de arco duplo. Nele escasseiam os motivos decorativos. O espaço interior foi submetido a profundas alterações para o adaptar às suas atuais funções administrativas.

À esquerda jaz um outro edifício, de planta irregular, que corresponde aos anexos e às antigas cozinhas. Esta edificação também se acha dividida em dois pisos e a sua fachada denota o ritmo simétrico da disposição dos vãos.

À direita ergue-se a capela de Santa Marta, de planta longitudinal, “*composta e regular com coincidência do exterior e interior na nave retangular e não coincidência na capela-mor, de planta centralizada*”. A sua volumetria é articulada e manifesta disposição horizontal das massas, “*com coberturas diferenciadas sobre cornija, a duas águas na nave e de coruchéu na capela-mor*”<sup>27</sup>. O portal retangular é rematado por frontão triangular e encimado por óculo, que, por sua

<sup>25</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU – *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>26</sup> COMISSÃO VITIVINÍCOLA REGIONAL DO DÃO – *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>27</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU – *Op. Cit.*, p. 63.

vez, é rematado em empena com cruz. Lateralmente, rasga-se outra porta, retangular, de acesso ao interior.

A construção de feição mais moderna é visível na varanda envidraçada e nas janelas de caixilhos de madeira com bandeiras trilobadas e ferragens simétricas decoradas com arabescos, achando-se integrada no estilo Arte Nova.

Do lado direito da supramencionada capela estende-se o jardim de buxo renascentista, com um troço de aqueduto adjacente. Em verdade, é graças à ação do Bispo D. Miguel da Silva que a Quinta do Fontelo se insere no que se consideram as *quintas de recreio*, muito em voga no século XVI, e que evidenciam a influência dos jardins e ambientes paisagísticos do Renascimento italiano. Assim, “*contíguo ao Paço e por ordem daquele Bispo foi construído um dos mais luxuosos e exóticos jardins do País naquele tempo*”<sup>28</sup>.

## 8. A Casa da Ínsua

Trata-se de uma das casas solarengas mais emblemáticas do distrito de Viseu. Localizada na freguesia da Ínsua, pertencente ao concelho de Penalva do Castelo – vila situada na margem direita do rio Dão, outrora designada de Castendo. A Casa da Ínsua é uma das mais destacadas residências nobres setecentistas e albergava uma sumptuosa biblioteca onde estava depositado um importante fundo documental atinente ao Brasil do século XVIII, antes de ser consumida por um incêndio na segunda metade do século passado (1970)<sup>29</sup>.

O solar foi erigido por ordem de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1739-1797). Este fidalgo da Casa Real, aos 31 anos, foi convidado pelo Marquês de Pombal para assumir o cargo de governador e capitão-geral da Capitania de Mato Grosso, no Brasil. Antes, contudo, de aceitar a nomeação e rumar ao Brasil, combateu na «Guerra Fantástica» (1762), abraçando a carreira castrense até 1771. Entrementes foi promovido a capitão de infantaria e desempenhou durante sete anos as funções de ajudante-de-ordens do marechal-de-campo Francisco MacLean.

Exerceu com denodo as funções que lhe foram confiadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, tendo sido o grande futor da planificação e impulsionador do desenvolvimento económico e financeiro do estado de Mato Grosso. Ademais, fundou inúmeras povoações “perpetuando memórias suas nos nomes que atribuía às novas vilas<sup>30</sup>”.

Ainda que devesse ter existido, no mesmo local, uma edificação familiar de origem mais remota – mandada construir pelo pai ou pelo avô de Luís de Albuquerque – o palácio de estilo barroco que hoje se nos afigura foi mandado erigir na segunda metade do século XVIII (ca. 1770-1780).

### 8.1. Arquitetura

O edifício deverá ter sido projetado pelo arquiteto portuense José Francisco de Paiva (1744-1824). Esta asserção é fundamentada pelos detalhes construtivos do Solar dos Albuquerques que apresentam afinidades estilísticas com monumentos daquele arquiteto, nomeadamente o desenho das varandas em ferro forjado, por ele copiosamente utilizado ou os frontões ondulados análogos aos que ornavam a Igreja do Convento de S. Bento de Avé Maria do Porto<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO – *Op. Cit.*, para.1.

<sup>29</sup> AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969

<sup>30</sup> GIL, Júlio; CALVET, Nuno – *Os mais belos palácios de Portugal*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1992, p. 64.

<sup>31</sup> INFOPÉDIA – *Casa da Ínsua* in Artigos de apoio [Em linha]. Porto: Porto Editora 2003-2018 [consult. 2018-05-06 15:22:45]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$casa-da-insua](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$casa-da-insua)

Não obstante, não é de excluir a hipótese de que o próprio Luís de Albuquerque tenha delineado os traços gerais da obra ainda em terras de Vera Cruz, sendo secundado pela sua equipe de técnicos e tendo incumbido o seu irmão João de Albuquerque de acompanhar a obra<sup>32</sup>. O acesso à casa da Ínsua é franqueado por três portões em pedra de estilo classicizante, projetados pelo arquiteto italiano Nicola Bigaglia, que cedem passagem à ampla propriedade agrícola.

No que concerne à arquitetura exterior da casa, esta é sintetizada por Carlos Azevedo na sua obra *Solares Portugueses*:

Precedida por um largo terreiro, onde se levanta a capela e outras dependências, a casa – de grandes dimensões – é um imponente edifício com dois largos torreões limitando as suas fachadas. Adota, portanto, uma disposição tradicional – duas torres e um corpo de ligação – que remonta ao século XV. Como vestígios de arcaísmos, a casa conserva goteiras em forma de canhão e as torres são ameadas, embora as ameias sejam puramente decorativas. Se toda a casa apresenta aspetos ricos e variados nas suas fachadas, a mais notável destas é a que deita sobre o jardim, com uma bela teoria de janelas e arcadas nos torreões, num conjunto de grande beleza e dignidade, realçado pelo magnífico jardim e pelo grande tanque que se encosta ao muro do terraço. Numa outra fachada lateral, o brasão de armas, peça heráldica de estilo caracteristicamente *rocaille*. As janelas, de bom desenho e com frontões angulares, são também características da época já adiantada em que o edifício terá sido terminado<sup>33</sup>.

O interior da casa conserva a mesma dignidade e fausto que observamos na fachada: lareiras abundantemente decoradas com motivos escultóricos, tetos em madeira moldurados por caixotões, mobiliário de origem secular, objetos decorativos de diferentes proveniências, bem como obras pictóricas de diversos períodos artísticos<sup>34</sup>. Tal como sucede na Casa de Sezim, localizada em Guimarães, os cómodos interiores são decorados com papel de parede fabricado por Z. Zuber (1827) e decorados por J. M. Gué. Ainda na atualidade se podem encontrar referências aos seus anteriores proprietários, “*nomeadamente na fachada virada a poente, num brasão com um escudo em pala que ostenta as armas dos Albuquerque e a cruz florida dos Pereiras, assim como nas pinturas do tecto da entrada com as armas da família*”<sup>35</sup>.

## 8.2. Jardins

Os jardins, dispostos em dois patamares diante da casa da Ínsua avultam como sendo dos mais belos da Beira, no dizer de Hélder Carita: “*as japoneiras talhadas em pequenas casas de fresco, as ruas de buxos, os tabuleiros de jardins colocados numa sequência de patamares e ainda a frondosa mata que envolve a quinta, fazem dos jardins de Ínsua o mais completo exemplo do traçado paisagístico chegado até nós na região da Beira*”<sup>36</sup>.

<sup>32</sup> MONTEBELO HOTELS & RESORTS – Monografia: Casa do Ínsua – Hotel de Charme. [Em linha]. Viseu: Grupo Visabeira 2018. [consult. 2018-05-06 16:15:48]. Disponível na internet: <https://montebelohotels.com/casadainsua/UPLOADS/HISTORIA/MONOGRAFIA/01%20Casa%20da%20Insua%20Monografia.pdf>

<sup>33</sup> AZEVEDO, Carlos – *Op. Cit.*, p. 148.

<sup>34</sup> GIL, Júlio; CALVET, Nuno – *Op. Cit.*

<sup>35</sup> MONTEBELO HOTELS & RESORTS – Monografia: Uma casa com História. [Em linha]. Viseu: Grupo Visabeira 2018. [consult. 2018-05-06 16:15:48]. Disponível na internet: <https://montebelohotels.com/casadainsua/content-monografia.aspx?pid=2&cid=38&id=52&lang=pt>

<sup>36</sup> LOUREIRO, Virgílio; CARDOSO, António Homem – *Os Vinhos do Dão*. (Enciclopédia dos vinhos de Portugal). Lisboa: Chaves Ferreira, [D. l. 1993], p. 114.

O jardim da frente, de estilo francês, reflete uma configuração geométrica e os canteiros são cingidos por buxo. Existe um sem número de flores, onde ganham relevo as já aludidas camélias, talhadas em várias formas, e as roseiras. Uma das espécies mais exuberantes, pela sua raridade, é o Lotus, “as suas flores, de um cor-de-rosa delicadíssimo, não duram mais do que 48 horas, refere a informação oficial da quinta, e as suas enormes folhas são impermeáveis à água, apesar de estarem dentro de um lago e rodeadas de nenúfares<sup>37</sup>”.

O jardim inglês, mais apartado, é imponente e extenso, de tal modo que se atribuíram nomes às ruas que foi formando – quase em exclusivo de senhoras da família proprietária: rua Maria, rua Luísa, rua Emília, mas, igualmente, das Palmeiras ou das Azeleiras, pelas árvores que bordejavam os caminhos, e até a da Tristeza, por ladear um cemitério dos animais domésticos da casa.

Estas ruas são entrecruzadas por diversas clareiras, fontes e inclusivamente um altar ao ar livre, que é enriquecido por uma terracota de Leopoldo Battistini (1909).

### 8.3. A tradição vinícola

Nesta grandiosa residência senhorial, a tradição vitivinícola remonta ao século XVII. Às vinhas eram dispensados todos os cuidados, sendo que, dentre elas, se distinguiam as castas francesas, em especial, o *Cabernet Sauvignon*, o *Sémillon* e o *Sauvignon Blanc*<sup>38</sup>. Não obstante, a reputação que a casa adquiriu neste domínio somente só se consolidou no ocaso da centúria de Oitocentos em virtude do trabalho inovador de Manuel de Albuquerque no tocante às vinhas, tecnologias e castas<sup>39</sup>.

Contudo, o primeiro vinho na Casa da Ínsua foi produzido em 1852, sendo tinto e branco e sobretudo destinado a consumo próprio e venda direta na Adega, a partir de uma área que excedia os 30 hectares de vinha. Somente em 1890 foi erigido o edifício que passaria a ser a adega da quinta. Estas instalações eram das mais modernas à época em todo o País. Ali a descarga das dornas fazia-se de modo mecânico e, como refere, Vergílio Loureiro:

O esmagador das uvas deslizava sobre carris assentes por cima dos lagares, era extremamente funcional, chegando ao ponto de dispor de cavidades em granito para recolher o vinho, caso rebentasse algum tonel. Num permanente esforço de modernização, foi construída, em 1915, uma pequena barragem para a produção de energia elétrica – uma novidade no concelho – que permitiu abastecer, além da residência, o lagar de azeite, leitaria, adega, estufins e, até, uma fábrica de gelo<sup>40</sup>.

Nos dias de hoje, conquanto todo o processo de vinificação seja idêntico ao tradicional, às pipas sucederam as cubas de aço inox, o que consentiu um maior controlo das fermentações, trasfegas e higiene. Sem prejuízo destas beneficiações, os estágios dos vinhos continuam a ser feitos em pipas de carvalho francês e americano.

No que toca ao encepamento da vinha, este manteve-se inalterado desde que se principiou o cultivo da *vitis vinifera* na Casa da Ínsua. Todavia, o encepamento foi submetido a múltiplas reconversões ao longo dos tempos, consubstanciadas nas modificações no sistema de condução vegetativo.

<sup>37</sup> SALVADOR, José A. – *Portugal, Vinhos, Cultura e Tradição: Do Rio Douro ao Rio Tejo – as rotas de vinhos Regional Beiras, do Távora-Varosa, da Beira Interior e do Dão*. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, p. 187.

<sup>38</sup> LOUREIRO, Virgílio; CARDOSO, António Homem – *Op. Cit.*

<sup>39</sup> SALVADOR, José A., *Ibidem*.

<sup>40</sup> LOUREIRO, Virgílio; CARDOSO, António Homem – *Op. Cit.*, p. 114.

À vinha, na quinta, estão reservados 30 hectares, dos quais cinco são ocupados por uvas brancas, salientando-se as castas Arinto, Encruzado, *Sémillon* – esta última é de proveniência francesa e foi plantada pelo próprio Luís de Albuquerque. Os 25 hectares de vinha remanescentes contemplam as castas tintas Touriga Nacional, Jaen, Alfocheiro, Tinta Roriz e *Cabernet Sauvignon*, sendo esta derradeira espécie exótica igualmente de origem francesa<sup>41</sup>.

## **9. Considerações Finais**

A região vitivinícola que acabamos de atravessar, encostada à Região Demarcada do Douro, limitada a sul pelas terras altas da Serra da Estrela, é apenas pequena no território vinhateiro que a integra. Grandes foram e são os vinhos que nela se fazem. Dela brotou uma das mais nobres castas genuinamente portuguesas – a Touriga – que, para não restarem dúvidas foi batizada de Nacional. Descontínua no território, a vinha, pontua-o e as grandes casas a que aludimos encontraram na vitivinicultura fonte importante de recursos. Os patrimónios gerados pela atividade vitivinícola também merecem a nossa melhor atenção. Misturam-se nas atividades agrárias outros patrimónios de âmbito mais imaterial que as nossas mãos não podem tocar, mas que não ficam indiferentes ao nosso olhar.

---

<sup>41</sup> MONTEBELO HOTELS & RESORTS, *Ibidem*.



## 10. Referências bibliográficas

- ALVES, Alexandre - *O Real Mosteiro de São Cristóvão de Lafões*. Viséu, 1995.
- AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.
- GIL, Júlio; CALVET, Nuno – *Os mais belos palácios de Portugal*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1992.
- CARDOSO, António Barros - Baco & Hermes – *O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1756)*, Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2003, Vol. I e II.
- COUCEHERIL, S. Mauro - *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris, 1987.
- DIAS, Geraldo A. Coelho – Cister – Irradiação de espiritualidade e cultura in “*Cister no Vale do Douro*”. Porto: Edições Afrontamento e Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1999.
- GIRÃO, A. de Amorim - *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense editora, 1941.
- JOHNSON’S, Hugh – *História Universal do Vinho*. Lisboa: Sociedade Industrial Gráfica, Ld.ª, 1999.
- LOUREIRO, Virgílio; CARDOSO, António Homem – *Os Vinhos do Dão*. (Enciclopédia dos vinhos de Portugal). Lisboa: Chaves Ferreira, [D. I. 1993].
- MUNICÍPIO DE VISEU – *Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis*. Viséu: Câmara Municipal de Viséu.
- PEREIRA, Ruth *et al.* *apud* CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU.
- SALVADOR, José A. – *Portugal, Vinhos, Cultura e Tradição: Do Rio Douro ao Rio Tejo – as rotas de vinhos Regional Beiras, do Távora- Varosa, da Beira Interior e do Dão*. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- SÃO BENTO – REGRA DOS MONGES, 2ª Edição, Singeverga, *Ora & Labora*.

## 11. Recursos eletrónicos

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72114>

[http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4471/1/Tese%20L%C3%ADdia%20Carvalho\\_O%20perfil%20do%20enoturista%20da%20regi%C3%A3o%20vitivin%C3%ADcola%20do%20D%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4471/1/Tese%20L%C3%ADdia%20Carvalho_O%20perfil%20do%20enoturista%20da%20regi%C3%A3o%20vitivin%C3%ADcola%20do%20D%C3%A3o.pdf)

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/22920017>.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7285](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7285).

[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$casa-da-insua](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$casa-da-insua)

<https://montebelohotels.com/casadainsua/UPLOADS/HISTORIA/MONOGRAFIA/01%20Casa%20da%20Insua%20Monografia.pdf>

## Conteúdo

1.	Introdução.....	3
2.	Lafões .....	3
3.	Dão .....	3
4.	Vinho - uma história longa.....	3
5.	Tempos de Cister em “Terras do Demo” .....	4
6.	Vinhas recatadas.....	6
7.	O Solar do Vinho do Dão, antigo Paço Episcopal .....	7
8.	A Casa da Ínsua.....	12
9.	Considerações Finais.....	15
10.	Referências bibliográficas .....	16
11.	Recursos eletrónicos.....	16

Num mundo de incertezas onde os problemas se avolumam, persiste, contudo, um mosaico territorial diversificado e dinâmico, particularmente no espaço europeu. Na realidade, as potencialidades aí existentes induzem estratégias que possibilitam um desenvolvimento cada vez mais responsável e inteligente para além de inclusivo. Recorde-se que, progressivamente, adiciona-se à abordagem económica, a vertente ambiental e a sociocultural, valorizando as políticas em que a preservação das paisagens se conjuga com a valorização do património e a revitalização dos quadros sociais. Este último parâmetro, contudo, necessita de ser mais incrementado na sequência dos fluxos migratórios que persistem, pois avolumam-se os desequilíbrios territoriais e as desigualdades, enquanto se reacendem antagonismos de carácter diverso.

Como antídoto, porém, revaloriza-se a matriz social nas políticas nacionais, apontando-se como alternativas novas estratégias que incluam a convergência familiar e a renegociação dos conflitos bélicos que estão na base destes fluxos contínuos. Acresce que estes movimentos migratórios começam a ser encarados também como oportunidades, nomeadamente, tendo em vista o rejuvenescimento estrutural da população europeia. Há, pois, que encarar esta problemática como algo que pode ser catalisador de um desenvolvimento responsável, equilibrado, num invólucro que facilita a preservação da diversidade ecológica, económica, cultural, religiosa e política. Tal pode desenvolver-se num quadro inovador, valorizando, por exemplo, uma economia circular ou uma bioeconomia, apoiando-se em meios digitais, no aumento da literacia, na educação e no conhecimento. Assim se favorecerá também a eficiência da exploração dos recursos endógenos, enquanto se aposta num desenvolvimento sustentável, inovador e inteligente, na coesão territorial

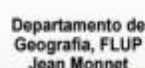
Agravando-se, porém, as problemáticas, há que continuar uma reflexão sobre estes temas, sem ignorar a diversidade territorial, correlacionando o espaço europeu com outros espaços como os lusófonos, designadamente o Brasil, com o qual se tem vindo a institucionalizar projetos comuns, agregadores. Assim, através das XIII Jornadas Internacionais sobre Grandes Problemáticas do Espaço Europeu, prosseguem as abordagens das diferentes problemáticas, pertinentes e atuais, sempre em contexto multidisciplinar e num quadro interuniversitário, participando neste objetivo instituições universitárias de diversos países, por forma a aprofundar uma maior coesão e revitalização social, cultural, económica e ambiental. Lentamente, tenta-se implementar os "Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável" defendidos pela ONU, perspetivando-se um desenvolvimento global nos próximos 15 anos que inclua áreas tão diversas como as alterações climáticas, as desigualdades económicas e sociais, a inovação e o desenvolvimento tecnológico e económico sustentáveis, ou mesmo a paz e a justiça. Assim se justifica a continuidade desta iniciativa, das Jornadas Internacionais sobre "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu".

#### Comissão Científica

Ana Isabel Boura, Univ. Porto | André Santos, Univ. Federal Rural Rio Janeiro | Andrews José de Lucena, Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro | António de Barros Cardoso, Univ. Porto | Atanas Dermendzhiev, Univ. Verliko Tamovo | Borna Fuerst-Bjelis, Univ. Zagreb | Cármen Ferreira, Univ. Porto | Célia Taborda, Univ. Lusófona do Porto | Felisbela Martins, CEGOT, Univ. Porto | Fernanda Cravidão, Univ. Coimbra | Glória Teixeira, Univ. Porto | Hélder Marques, Univ. do Porto | Helena Pina, Univ. Porto | Hélène Roth, Univ. Clermont – Auvergne | Ileana Constantinescu, Académie d'Études Économiques de Bucarest | João Luís Fernandes, Univ. Coimbra | Jorge Queiroz, Univ. Porto | José António Aldrey Vázquez, Univ. Santiago de Compostela | José Luis Oliveira Braga, Instituto Politécnico de Tomar | Júlia M. Lourenço, Univ. Minho | Laura Sakaja, Univ. Zagreb | Leandro Dias de Oliveira, Univ. Federal Rural Rio de Janeiro | Lucette Laurens, Univ. Montpellier III | Marcos Valcárcel Díaz, Univ. Santiago de Compostela | Maria Conceição Ramos, Univ. Porto | Maria José Roxo, Univ. Nova de Lisboa | Mary Cawley, National Univ. of Ireland Galway | Miguel Pazos Otón, Univ. Santiago de Compostela | Milen Penev, Univ. Shumen | Norberto Santos, Univ. Coimbra | Paula Remoaldo, Univ. Minho | Paulo Jorge Santos, Univ. Porto | Regina Cohen Barros, Univ. Federal Rural Rio Janeiro | Regina Salvador, Univ. Nova de Lisboa | Slavi Dimitrov, Univ. Verliko Tamovo | Stella Dermendzhieva, Univ. Verliko Tamovo

#### Comissão Organizadora

Helena Pina, Univ. Porto (Coordenadora) | António Barros Cardoso, Univ. Porto | Fantina Tedim, Univ. Porto | Felisbela Martins, CEGOT, Univ. Porto | José Luís Oliveira Braga, Instituto Politécnico de Tomar | Maria Conceição Ramos, Univ. Porto | Paula Remoaldo, Univ. Minho | Sílvia Trilho (APHVIN / GEHVID)



INFORMAÇÕES & INSCRIÇÕES: UNIDADE DE EVENTOS, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS, FLUP  
TEL.: 226 077 105 | FAX: 226 077 173 | E-MAIL: uecre@letras.up.pt